



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 29/07/2015

Audiência pública aborda a redução da maioridade penal

Comissão do MP discute também implementação do sistema socioeducativo

Paulo Rolemberg
DA EQUIPE JC

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência do Ministério Público de Sergipe realizou durante a manhã de ontem uma audiência pública para discutir a redução da maioridade penal e a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Ao final do encontro foi produzida uma carta aberta à sociedade.

“O objetivo é enfatizar a desnecessidade da redução e da PEC 171 (maioridade penal) e ressaltar que mais eficiente do que propor redução da idade penal para 16 anos é implementar, de fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente através de políticas públicas. Ao final, vamos produzir um documento em conjunto, uma carta aberta, para ser divulgada para toda a comunidade”, disse a promotora de Justiça Miriam Teresa, do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência.

Segundo a professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Andréa Depieri, as pessoas contrárias à redução da maioridade penal devem se mobilizar,



Jadilson Simões

ENCONTRO destacou as medidas socioeducativas como dever de todos

por meio das redes sociais, para que se faça perceber que há um grande número de dissidentes em relação à PEC que deverá ser votada, em segundo turno, no mês de agosto na Câmara dos Deputados. “Fazer a contrainformação, para que perceba que há dissidências”, disse ela, durante os debates na audiência.

Sobre o encaminhado da PEC após uma possível aprovação na Câmara, Depieri enfatizou que para toda a norma jurídica quem terá que sedimentar o entendimento é

o Supremo Tribunal Federal (STF), relativamente ao fato de poder ou não diminuir a idade. No entanto, ela alertou que a parte da sociedade contrária à redução deve “pressionar” a Corte. “Não pode ser inocente de que esta decisão é tão somente uma decisão jurídica. A Corte é quem faz o controle da constitucionalidade. É uma Corte que também funciona sobre pressão. Importante que o STF visualize que não é um sambinha de uma nota só”, avisou.

A coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência (NPV) Josevanda Franco, frisou que não pode se ver a aplicação das medidas socioeducativas apenas como responsabilidade do Estado, mas de toda a sociedade. “Essa demanda não é do Estado, é da sociedade, que deve dar sua contribuição”, comentou.

Imbróglio

Na abertura da segunda parte do evento, a contestação de uma participante quanto à presença do presidente da Fundação Renascer – órgão responsável pela gestão nas unidades de medidas socioeducativas – Wellington Manguiera, causou um imbróglio entre os componentes na mesa, mas foi logo rebatida pela promotora de Justiça Miriam Tereza.

“Sinto que há uma vontade muito grande (do presidente da Fundação Renascer). Mesmo que não fosse assim seria convidado pelo MPE, porque prestam um serviço, talvez não na qualidade que a gente deseja, porém precisa-se somar com o Executivo para criarmos e mudarmos o atendimento e transformá-lo na forma que preconiza a lei”, disse.